

**Prática política, frações de classe e hegemonia:
um programa de estudo para pesquisadores poulantzianos**

**Resenha de Décio Azevedo Marques Saes e Francisco Pereira de Farias.
Reflexões sobre a Teoria Política do jovem Poulantzas (1968-1974). Marília,
Lutas Anticapital, 2021.**

Octávio Fonseca Del Passo*

Os leitores de *Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974)*, livro lançado pela editora Lutas Anticapital em abril de 2021, se deparam com mais do que uma obra. O texto é a transcrição de reuniões de orientação que Francisco Pereira de Farias realizou entre os anos de 2000 e 2001 com o professor Décio de Azevedo Saes durante o seu doutorado em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e que tinha como objetivo discutir os problemas teóricos encontrados nas obras de Nicos Poulantzas. O livro possui cinco capítulos, os três primeiros tratam da problemática do fracionamento da classe dominante, o quarto da teoria do bloco no poder e o último do Estado capitalista e sua relação com as classes dominantes. A opção de manter o livro em formato de diálogo deixou o texto atraente sem, no entanto, ter negligenciado o conteúdo e a profundidade teórica e histórica da exposição. O resultado é uma publicação que tem a simplicidade característica dos grandes pensadores, mas que talvez seja mais interessante aos leitores que já conhecem a obra de Poulantzas, posto que o destaque no livro são os pontos fracos da teoria desse autor. A exposição dos principais problemas detectados na teoria geral de Poulantzas ajuda os analistas a identificarem melhor os seus limites teóricos-metodológicos e, assim, a refletirem sobre como solucionar os impasses deles decorrentes. A impressão que temos é que a síntese da forma e do conteúdo do livro assumiu o caráter de apresentação de um programa de investigação, que tem como objetivo principal avançar a teoria poulantziana. Grosso modo, as obras que Saes e Farias analisaram foram *Poder Político e Classes Sociais* (1968), *Fascismo e Ditadura* (1970), *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* (1974), *A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha* (1975) e *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1978). Nesta resenha, nos limitaremos a expor alguns elementos do debate travado em torno de conceitos importantes, como fração de classe, bloco no poder, efeitos pertinentes e hegemonia.

Um dos temas que o livro mais desenvolve é o das frações de classe e, em especial, sobre como os diferentes sistemas de fracionamento funcionam, como eles se estabelecem e como se cruzam nas conjunturas concretas. Nesse sentido, a ambição dos autores é tentar sanar algumas falhas e lacunas que Poulantzas deixou, como aquela quando ele trabalhou o fracionamento por porte e colocou o grande e o médio capital como sinônimos de capital monopolista e capital não monopolista. Ou ainda, quando ao trabalhar o capital monopolista e o capital não monopolista, Poulantzas ignorou o fracionamento por função do capital e procedeu como se as

* Doutorando em Ciência Política na Unicamp, Brasil, e membro do Comitê Editorial da Revista *Cadernos Cemarx*. Contato: octaviodelpasso@gmail.com.

sociedades monopolistas não possuíssem mais a divisão entre capital comercial, capital industrial e capital bancário. O que Saes e Farias nos apontam é que para superar as análises de Poulantzas devemos cruzar esses dois tipos de fracionamento.

Em relação à caracterização das frações burguesas, os autores nos mostram que, embora Poulantzas tenha afirmado que as frações de classe devem ser caracterizadas a partir do plano econômico, ele também afirmou que elas devem ter, ao mesmo tempo, presença nos planos político e ideológico. De tal modo, a conclusão é que, apesar de ter apontado a necessidade da realização de pesquisas nas esferas econômica, política e ideológica, a prática analítica de Poulantzas se baseou apenas na caracterização das classes e frações de classe através do plano econômico (entendido basicamente como relações de produção, com a ressalva da burguesia comercial, que ele situa no plano da circulação e não da produção). A exceção foi quando Poulantzas tentou classificar, sem muito sucesso, a “fração burguesa republicana” a partir do plano estritamente político. Desse modo, Saes notou que na teoria geral de poulantziana a subdivisão das frações de classe a partir do plano econômico sempre deriva de uma classificação (como, por exemplo, aquela por função do capital: comercial, industrial e bancária), mas que a classificação a partir do critério político não.

Os autores estão de acordo com Poulantzas que o primeiro passo para identificar uma fração de classe é definir a estrutura econômica (entendida como a articulação das esferas da circulação e da produção e não apenas em termos de relações de produção, porque mesmo que o processo fundamental do capitalismo seja a extração de mais-valia, depois que ela foi extraída é preciso distribuí-la entre os agentes que dominam as esferas da produção e da circulação), mas também defendem que certas frações de classe são constituídas a partir de um critério funcional e que podem se mostrar diferenciadas no plano econômico, mesmo que não cheguem a se concretizar no plano político. Ou seja, a existência econômica de algumas frações não assegura a sua conversão em grupos políticos, não as garante uma existência concreta. De certo modo, é o Estado que acaba engendrando comportamentos de grupos porque é a partir da sua política que um grupo que até então não se sentia lesado passa a se sentir e, por consequência, a se organizar para atuar como grupo. Em resumo, as contribuições do livro nesse ponto são duas. A primeira é que ele formaliza a insinuação de Poulantzas de que é possível entender as frações de classe enquanto grupos que podem ser formados a partir de diferentes sistemas de fracionamento, mas que não necessariamente se concretizam em todas as conjunturas. A segunda é que partindo dessa conclusão, os autores nos evidenciaram que Poulantzas não conseguiu manter a sua tese geral, que diz que as frações de classe têm existência concomitante nos planos político, econômico e ideológico. Ele oscilou a respeito do tema e deixou a impressão de que buscava manter a qualquer custo a ideia de fração política. A saída ventilada no livro ora resenhado seria enriquecer a elaboração conceitual poulantziana aceitando a possibilidade de conflitos diversos daqueles que ocorrem entre classes e frações de classe, como os que podem surgir entre uma fração de classe *versus* um segmento de classe ou aquele entre uma classe social *versus* um grupo funcional.

Em *Reflexões sobre a Teoria Política do jovem Poulantzas (1968-1974)*, os autores defendem que a abordagem teórica de Poulantzas para o problema das frações da classe dominante estabeleceu uma distinção conceitual que não é compatível com a teoria althusseriana da estrutura do modo de produção e das classes sociais. Ao sustentar que, em determinadas conjunturas, podem surgir

frações de classe autônomas (que conseguem atuar na cena política como forças sociais independentes) e frações sem autonomia (que seriam frações que se constituíram apenas no âmbito econômico) Poulantzas, indiretamente, teria admitido que as estruturas do modo de produção capitalista nem sempre produzem efeitos sobre as práticas de todos os segmentos da classe capitalista, o que é incompatível com os pressupostos althusserianos, pois, segundo Saes tal admissão revoga a validade geral da teoria das estruturas do modo de produção e da matriz althusseriana da totalidade social. Cabe, no entanto, que o leitor se questione o porque de Poulantzas não ter notado essa incompatibilidade com a obra de Althusser, que foi seu professor. Ou ainda o porque de o próprio Althusser não ter notado tal incompatibilidade, já que mais do que professor foi coordenador do grupo que Poulantzas era membro e provavelmente leu os trabalhos dele. Assim, entendemos que é possível uma saída interpretativa da teoria geral de Poulantzas dentro da matriz althusseriana se admitirmos que, assim como pode haver um descompasso entre as estruturas, pode haver entre os efeitos delas. Talvez possamos pensar que conforme a economia capitalista se desenvolve e se complexifica, surgem novas “frações potenciais” ou “grupos latentes” e isso torna cada vez mais árduo o ajuste que as estruturas (enquanto totalidade social) precisam realizar para continuarem eficientes. Dessa maneira, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumentam as chances de os efeitos de todas as instâncias (econômico, político, ideológico) não terem a mesma eficácia em todas as “frações potenciais”. Ainda poderíamos pensar que existem temporalidades específicas de cada fração de classe, de modo que os efeitos da estrutura aparecem nas práticas delas em momentos distintos. Isso também explicaria, junto com a posição na estrutura econômica, o porquê que em determinadas conjunturas algumas classes assumem práticas com caráter disruptivo e outras assumem práticas reiterativas do todo social.

Ainda em relação ao fracionamento das classes sociais, gostaria de destacar que quando os autores analisam a classificação a partir da origem do capital, eles evidenciam a dificuldade em cruzar esse tipo de fracionamento com os outros tipos em análises concretas, já que Poulantzas não deixou nenhuma pista em relação ao método que o analista deve adotar. Poulantzas operou uma distinção entre a burguesia interna, nacional e compradora¹ e colocou a diferença entre elas no campo político-ideológico, mas Saes e Farias acreditam que deve haver certas determinações econômicas que limitem inclusive as possibilidades no plano político-ideológico. Acabam por sugerir uma tipologia das frações que tem como maior contribuição a ideia que tanto a burguesia associada quanto a burguesia interna tendem a refletir a sua posição na esfera econômica, mas para que uma fração se comporte enquanto burguesia nacional é preciso além da situação na esfera econômica a determinação de outros fatores, como o comportamento político das massas, a presença ou ausência de um movimento pequeno burguês

¹ Em linhas gerais para Poulantzas, burguesia nacional é aquela fração da classe dominante que tem um projeto nacional de desenvolvimento e pode, por isso, entrar em conflito aberto contra o capital estrangeiro ou imperialista. Burguesia interna é aquela fração que não tem projeto nacional de desenvolvimento e que é parcialmente dependente do capital estrangeiro ou imperialista, de modo que tem pequenas contradições com ele em decorrência de disputas pelo mercado, mas que não pode deflagrar conflito aberto contra ele. Assim, a burguesia interna assume a prática de subordinação com conflitos. Já burguesia associada é aquela que é mais dependente do capital estrangeiro ou imperialista e não assume sequer conflitos com ele, sendo caracterizada pela prática de subordinação.

nacionalista etc.. Em resumo, os autores apresentam uma discordância com Poulantzas ao entenderem que não são todas as frações de classe que podem vir a se comportar como fração nacional, interna ou compradora. Haveria uma determinação econômica que limitaria essa possibilidade e que seria preciso outros fatores além do econômico para induzir um comportamento de burguesia nacional nas frações internas.

Outro momento do livro que nos chamou a atenção foi quando os autores debateram o conceito de *efeitos pertinentes*. Ficou evidente que para Saes esse conceito deve ser vinculado aos momentos de transição, ou seja, aos períodos que prevalecem as práticas antissistêmicas das classes e frações de classe que passam a pressionar por um novo tipo de Estado. A argumentação nos surpreendeu porque em *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas utilizou como exemplo a situação das classes camponesas na França durante os governos de Luís Bonaparte para ilustrar o que seriam os *efeitos pertinentes*. Ocorre que, como a argumentação de Poulantzas segue a análise de Marx em *O 18 de Brumário*, o nosso entendimento era de que *efeitos pertinentes* fosse um conceito aplicável à prática política no período de reprodução das estruturas porque os camponeses não tenderam a uma ação revolucionária naquele período. Assim, como o bonapartismo não produziu nenhuma ação no sentido de questionar os limites das estruturas vigentes, os *efeitos pertinentes* poderiam ser entendidos como o impacto da ação (ou presença) política de uma fração de classe que, mesmo sem questionar as estruturas, é suficiente para alterar a política de Estado. Tratar-se-ia, portanto, de analisar a política de Estado em um momento de reprodução, de modo que a investigação das classes e frações de classe dominantes buscaria notar os *efeitos pertinentes*, sobretudo, na política econômica enquanto que a análise das classes e frações de classe dominadas seria realizada, especialmente, através da política social. Poderíamos avançar e dizer que os *efeitos pertinentes* se relacionam mais à mudança na hierarquia de forças interna ao bloco no poder e à hierarquia entre as frações apoio e aliadas a ele, do que em relação à mudança do bloco no poder como um todo, ou seja, do que à mudança do poder político. De todo modo, as conclusões do livro são duas: a primeira é que ao recusar as categorias *classe em si* e *classe para si* para tratar diferentemente as situações em que há ações contra as estruturas das ações dentro das estruturas, Poulantzas não desenvolveu de modo satisfatório as diferenças entre *presença política específica*, *efeitos pertinentes* e *ação aberta*, deixando lacunas em sua obra. A segunda conclusão é que Poulantzas não conseguiu explicar a transformação de um agrupamento integrado à estrutura vigente em um grupo revolucionário que realiza ações políticas contra as estruturas.

Agora passaremos ao tema da hegemonia, que é caro ao marxismo e merece atenção. O que os autores fazem notar é que Poulantzas legou uma análise muito limitada a respeito da matéria, sobretudo nos seus últimos escritos. Em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, por exemplo, Poulantzas usou o conceito de hegemonia no sentido gramsciano sem explicitar que o fazia, deixando, diante da sua construção anterior, a impressão de que o texto ou é mal-acabado ou é incoerente. A análise de Poulantzas era que, no capitalismo monopolista, o Estado se fascistizaria porque a capacidade do capital monopolista exercer a hegemonia estava se enfraquecendo. É uma tese que foi importada do Partido Comunista Francês, mas que não foi comprovada. Contudo, Poulantzas não estava todo equivocado, pois esse erro decorreu da leitura de que nos países europeus estava ocorrendo a transformação da burguesia nacional em burguesia interna, e isso se confirmou.

Houve o fortalecimento do capital monopolista e ao mesmo tempo o enfraquecimento do capital nacional. Não se trata, contudo, de um problema de análise de conjuntura, a questão maior por trás do exemplo é que Poulantzas utilizou indistintamente o conceito hegemonia em dois sentidos. A maior parte do livro Poulantzas defendeu que só era possível a hegemonia do capital monopolista, mas depois passou a sustentar que o capital monopolista tem uma incapacidade hegemônica. Talvez o que ele pudesse ter dito é que dentro do bloco no poder só era possível a hegemonia da fração monopolista sobre as demais, ao mesmo tempo que ela teria dificuldade em se legitimar perante o conjunto das classes e frações de classe sociais, ou seja, teria uma incapacidade hegemonia em sentido gramsciano.

Mesmo que esse fosse o pensamento de Poulantzas, Saes e Farias nos mostram que ainda nos restariam questões de duas outras ordens a serem resolvidas. A primeira se refere tanto à caracterização da relação entre o capital industrial e o capital bancário, dentro do capital monopolista, quanto à qualificação da distinção entre o médio capital e o grande capital. A segunda ordem de questões trata da maneira como operam as concessões às classes dominadas como pano de fundo da estrutura jurídico-política que possibilita a construção da hegemonia em sentido amplo. Poulantzas não aprofundou os estudos sobre a constituição do povo nação, sobre a maneira como se forma a ideologia e a apresentação de certos interesses particulares como interesse geral da nação. A questão central é desvendar como os efeitos da institucionalidade se combinam com os efeitos de uma operação privada de dominação ideológica, já que o conceito de hegemonia que recobre interesses privados não entra na definição da estrutura jurídico-política. Saes propõe que essa transformação ideológica seja entendida como o resultado da articulação entre forma e conteúdo. Em síntese, tudo que passa pelo Estado assumiria a forma de interesse geral da nação, mas com um conteúdo específico do interesse de classe e da fração que a política estatal está privilegiando. Em outras palavras, todos os interesses que passam pelo Estado adquiririam a forma de interesse geral com o verniz da política da fração hegemônica. Para Gramsci essa questão nem se colocou porque a estrutura para ele não existe, mas deveria ter sido posta por Poulantzas.

Ainda em relação às duas funções hegemônicas (*stricto sensu* e *lato sensu*) é muito interessante a observação que os autores fazem a respeito da noção de sacrifício de interesses contida nos livros de Poulantzas, pois ele teria sugerido que o Estado corresponde aos interesses da fração hegemônica e que deve impor sacrifícios a ela para atender a interesses de outras classes e frações de classe com o objetivo de manter a unidade do tecido social. Ocorre, no entanto, que os próprios interesses da fração hegemônica são constituídos pelo Estado na medida em que é ele quem funda os interesses das classes e frações de classe através das suas políticas. A abordagem de Poulantzas nos leva a uma visão essencialista, porque induz a ideia de que uma fração de classe é um grupo social que atua concretamente enquanto grupo, sendo que é a política de Estado que cinde os grupos em frações. Uma fração não se identifica necessariamente com um grupo no momento anterior ao da concretização da política de Estado, uma vez que é através dessas medidas que os grupos vão se criando em conformidade com as oposições de interesses. O problema na teoria geral de Poulantzas seria que o de que ele nunca citou diretamente a política de Estado enquanto fator constitutivo das frações de classe e acabou dando a entender que é a estrutura do Estado que reorganiza as classes e frações, o que é incoerente com a sua teoria geral que diz que a estrutura individualiza os agentes.

Em relação ao conceito de bloco no poder, a primeira observação que nos cabe é mostrar que Poulantzas o apresentou enquanto uma particularidade do tipo de Estado capitalista, mas ele não desenvolveu nenhuma argumentação a respeito, notaram Saes e Farias. Esses autores acrescentam que qualquer modo de produção tem ao menos duas classes dominantes, uma ligada à produção agrícola e outra mercantil, de modo que desde o Egito antigo, passando pelo sistema feudal, as evidências empíricas são contra Poulantzas e que por isso ele deveria ter argumentado a respeito do tema. Os estudos de outros tipos de Estados apontam para mais de uma classe e para mais de uma possibilidade de fragmentação e, nesse sentido, é pertinente a diferenciação das relações do bloco no poder das relações de aliança, mas também a diferença entre aliança e frente. Poulantzas chegou a abordar essa diferenciação de forma rápida, mas o seu desconhecimento de outros tipos de Estado que não o capitalista o levou a fazer afirmações descabidas que supervalorizavam as possíveis novidades do modo de produção capitalista e sua estrutura jurídico-política.

Mas, mais interessante é a conversa sobre o jogo de poder entre as instituições. Poulantzas afirmou que uma das consequências da unidade das instituições é que elas só poderiam manter a unidade do bloco no poder, mas ele não foi seguro quanto à possibilidade da divisão de posições entre as frações de classe dominante nessas instituições. Poulantzas entendeu que é muito difícil haver uma redefinição da hegemonia no bloco no poder sem que haja uma ruptura na forma de Estado e o argumento que ele mobilizou foi que o funcionamento das instituições de Estado está nas mãos da fração hegemônica. A fração hegemônica teria o controle do funcionamento global das instituições e não adianta tentar reverter o controle das instituições através das eleições, porque assim pode-se mudar o parlamento, mas não as estruturas e tampouco a hegemonia. Para Saes e Farias não é toda mudança de hegemonia que vem acompanhada de uma ruptura institucional. Aliás, os autores apontam que algumas dessas mudanças têm ocorrido, inclusive, através de processo eleitoral. Poulantzas não contou com a essa possibilidade, nos alertam os autores, e temos que concordar. Mas, teríamos que lembrar que ele não admitiu a mudança de hegemonia via eleições porque para ele o que pode ocorrer pelo sufrágio é a mudança da fração reinante, que não é necessariamente a fração hegemônica.

Sem polêmicas é o diagnóstico feito por Saes e Farias que Poulantzas não analisou o papel das classes e frações de classe dominadas na mudança da hegemonia, de modo que ele não pôde perceber que a forma de Estado pode mudar de acordo com a relação da classe ou fração hegemônica com as classes populares. Isso nos leva ao tema da contradição entre os ramos do aparelho de Estado. Poulantzas diz que existem contradições que jogam ramos de Estado uns contra outros, mas ele não mencionou nenhum mecanismo que elimine ou, ou menos, minimize essas contradições o que nos autoriza, segundo Saes, a questionar se é possível que o Estado cumpra as suas funções de unificar o bloco no poder e de concretizar a hegemonia de uma fração dominante se não houver uma maneira que ele possa abafar as contradições entre os aparelhos de Estado. Se não houver, como uma hegemonia pode se estabilizar? Não é suficiente pensar que cada ramo seja dominado por uma fração e que elas estão em conflito, pois o aparelho de Estado enquanto um conjunto é hierarquizado e possui um topo altamente poderoso em termos material e coercitivo.

São com essas e muitas outras questões que os leitores de *Reflexões sobre a Teoria Política do jovem Poulantzas (1968-1974)* de Décio Saes e Francisco Farias

terão que lidar. O grande mérito do livro é abrir diversas possibilidades para que ocorra o desenvolvimento da Teoria Marxista do Estado. Os leitores pesquisadores se sentirão em terreno fértil.